

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Estatais ajudam alta do mercado no primeiro semestre.....	1
Título: Salto sem paraquedas.....	4
Título: Proximidade entre Petrobras e Lava Jato desagradou à cúpula do Ministério Público	5
VEÍCULO: O Globo.....	7
Título: Governo da Bahia confirma rompimento de barragem	7
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	8
Título: Barragem de Quati deixa 500 desabrigados	8
Título: Gasolina a menos de R\$ 4	10

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/07/2019

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati

Título: Estatais ajudam alta do mercado no primeiro semestre

Estímulo. Emissão de ações do IRB Brasil confirma tendência de que venda de ativos de empresas públicas, que aqueceu o mercado de capitais no primeiro

semestre, deve continuar impulsionando a Bolsa e aumentar o volume de fusões e aquisições a partir de agora

A emissão de ações do IRB Brasil para que a União e o Banco do Brasil deixem a empresa resseguradora, da qual são acionistas, confirmou uma tendência: a venda de ativos de empresas estatais, que impulsionaram o mercado de capitais no primeiro semestre, deve tanto continuar aquecendo a Bolsa, quanto aumentar o volume de fusões e aquisições, a partir de agora.

Antecipada pelo Estadão/Broadcast, a operação do IRB tem potencial para atingir R\$ 8,5 bilhões. Nessa conta, a fatia do BB vale R\$ 4,8 bilhões, e a da União, R\$ 3,7 bilhões. É tanto dinheiro que analistas afirmaram que, entre os motivos para a queda do dólar ontem, estava a entrada de recursos de investidores estrangeiros, interessados no IRB. A operação está prevista para acontecer dia 18.

Em um início de ano mais lento do que o esperado, por causa de decisões judiciais que atrasaram vendas de ativos da Petrobrás e da demora na aprovação da reforma da Previdência, o volume de fusões e aquisições caiu 19% no semestre, para US\$ 20,8 bilhões, segundo a empresa de dados financeiros Refinitiv.

Depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou o maior negócio do ano, a venda da empresa de gasodutos TAG pela Petrobrás para a francesa Engie por US\$ 8,6 bilhões, porém, os bancos esperam que os negócios ligados à privatização aumentem. O próximo será a venda, no mercado de ações, da distribuidora de combustível BR Distribuidora, previsto para o fim do mês. "Estamos nos preparando para mais uma rodada de privatizações de infraestrutura, que poderá incluir aeroportos, estradas de ferro e rodovias", afirmou Hans Lin, chefe da área de banco de investimento do Bank of America no Brasil.

Enquanto as privatizações demoraram para andar, a maior facilidade na venda de participações estatais em empresas listadas na Bolsa elevou o volume de ofertas de ações no primeiro semestre em 45%, para R\$ 8,6 bilhões. Foi o melhor primeiro semestre desde 2013.

Grande parte desse crescimento foi provocado por vendas feitas pelos bancos estatais Caixa e Banco do Brasil. Eles tiraram de suas carteiras participações na Petrobrás e na empresa de energia Neoenergia, respectivamente. A Caixa também capitaneou uma oferta com ações do IRB para dar saída a um fundo que administrava recursos do programa de financiamento estudantil Fies.

Desde então, as ações do IRB se valorizaram em 11,48%. No acumulado de 2019, os papéis do IRB acumulam alta de 24,4%. Em um ano, as ações mais que dobraram de valor em meio ao reconhecimento do mercado ao desempenho operacional do ressegurador, que tem se expandido internacionalmente.

Várias operações de venda de ações previstas para os próximos meses, que podem superar R\$ 30 bilhões, também envolvem vendas de ativos pelo governo ou empresas estatais. A lista inclui ofertas de ações de empresas já listadas que pertencem a Banco do Brasil, Alupar Investimento, BR Distribuidora e IRB, além da oferta inicial de ações da Caixa Seguridade.

No setor privado. Além das privatizações, a aprovação da reforma da Previdência deve destra-var também planos de expansão de empresas privadas, que aguardavam a definição do cenário econômico.

"Esperamos um volume maior de fusões e aquisições privadas no ano que vem, já que o prazo entre o início das discussões e os anúncios costuma ser de cerca de nove meses", diz Eduardo Miras, chefe da área de banco de investimento do Citi no Brasil. O Citi liderou o ranking de assessoria a fusões e aquisições este ano, com cinco negócios que totalizaram US\$ 10,2 bilhões, segundo dados da Refinitiv.

Miras espera maior atividade especialmente no setor elétrico. Alessandro Zema, chefe da área de banco de investimento e presidente do Morgan Stanley no Brasil, disse que houve aumento na concessão de mandatos por empresas privadas para fusões e aquisições, e acredita em mais negócios no varejo, depois das recentes aquisições da Netshoes e da varejista de eletroeletrônicos Via Varejo.

"Segmentos da economia diretamente afetados pela recessão como o setor de consumo e varejo tiveram fusões e aquisições reduzidas", disse Zema. "Isso deve mudar daqui para a frente com as melhores perspectivas para a economia."

com Reuters

Petrobrás pode sair de programa da B3

- A Petrobrás avalia deixar um programa criado pela Bolsa em 2015 para restaurar a confiança dos investidores em empresas estatais, em meio às investigações da Lava Jato. Maior alvo da operação, a Petrobrás agora considera que não há mais necessidade de fazer parte do programa. Segundo a empresa, a decisão ainda não foi tomada e uma eventual saída não significaria retrocesso. A companhia alega que o programa é redundante com a Lei das Estatais, que

exige melhores práticas de governança ter gastos com recursos e pessoas demandados pela B3.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Salto sem paraquedas

Os combustíveis são propulsores da economia, viabilizando o transporte de passageiros e cargas e encurtando distâncias. Os mais consumidos no Brasil são a gasolina e o óleo diesel, com quase 80% do suprimento do setor de transportes. Enquanto a gasolina é a principal fonte de abastecimento dos veículos leves, o diesel é o combustível mais utilizado em veículos pesados.

Em 2018, o mercado brasileiro consumiu quase 80 milhões de m3 de diesel e gasolina, descontando as parcelas de biodiesel e etanol anidro utilizadas para mistura. Desse total, quase 15 milhões de m3 foram importados, cerca de 19%.

No período entre 2013 e 2019, a importação foi responsável, em média, por cerca de 20% do abastecimento de diesel e 10% de gasolina. O ano de 2017 registrou a maior participação dos combustíveis importados na oferta total, consequência do alinhamento de preços da Petrobrás ao mercado internacional. Por outro lado, a política de subvenção ao diesel adotada como resposta à greve dos caminhoneiros reduziu a participação da importação desse combustível para 11% da oferta total em setembro de 2018.

É importante lembrar que desde 2014 o Brasil vive um período de estagnação econômica. Com a perspectiva de aprovação da reforma da Previdência e a previsão da condução de outras reformas por parte do governo e do Congresso, espera-se que o País consiga retomar o crescimento. Até porque os atuais 13 milhões de desempregados não podem esperar mais.

A oscilação da demanda por combustíveis acompanha a tendência de crescimento do PIB brasileiro. Com a desejada recuperação econômica, será necessário aumentar a oferta de combustíveis. É preciso entender que a venda das refinarias da Petrobrás não vai ampliar, num primeiro momento, a atual capacidade de refino. O resultado no curto prazo é apenas o aumento da competição em um segmento atualmente dominado pela estatal. Sendo assim, a solução imediata será a importação.

Nesse sentido, precisamos de sinais econômicos que permitam investimentos no curto prazo em terminais e tancagens para importação, o que depende de preços internos alinhados ao mercado internacional. Para o médio e o longo prazo, deve-se focar na ampliação das refinarias atuais e na construção de novas, além de estimular investimentos em logística, construindo dutos para obter uma expressiva queda no custo dos combustíveis.

Os sinais econômicos atuais são ótimos para construção de dutos e venda de refinarias. O primeiro é a ampliação do mercado a partir da recuperação do crescimento econômico, dado que a relação entre aumento do consumo de combustíveis e variação do PIB pode chegar a 2 para 1. Além disso, o fato de cada vez mais nos tornarmos um grande produtor de óleo incentivará a venda e a construção de novas unidades de refino. Com isso, o País terá infraestrutura adequada para produzir, receber, armazenar e distribuir um volume maior de combustíveis.

O principal desafio ainda é regula-tório, devido às recorrentes intervenções nos preços dos combustíveis. Com uma regulação focada nas regras de mercado, o setor de combustíveis pode movimentar a economia com investimentos e geração de empregos. Se forem adotadas medidas que incentivem a concorrência e promovam segurança jurídica e estabilidade regulatória, é possível que sejam realizados R\$ 100 bilhões em novos investimentos nos próximos 10 anos. Com a construção de dutos para otimização logística poderá ocorrer uma redução de custos da ordem de R\$ 130 bilhões no mesmo período.

Existe ainda um potencial para recuperar até R\$ 10 bilhões por ano com reforma tributária e maior fiscalização contra sonegação, fraudes e adulterações. Por fim, é fundamental ter atenção às modificações que estão sendo propostas na regulação dos segmentos de distribuição e revenda. O mais sensato é aguardar os impactos da venda das refinarias.

Caso contrário, poderemos estar dando um salto de avião sem paraquedas, ou seja, as mudanças ocorrerão com muita velocidade, mas as consequências não serão nada boas para um país com 13 milhões de desempregados.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/07/2019

Seção: Poder

Autor: Reynaldo Turollo Jr.

Título: Proximidade entre Petrobras e Lava Jato desagradou à cúpula do Ministério Público

Em 2018, empresa queria colocar advogados no mesmo prédio da força-tarefa em Curitiba, mas ideia foi abandonada para não criar suspeitas

BRASÍLIA - Os bastidores das tratativas da força-tarefa da Lava Jato com a Petrobras em meio às investigações da operação e à negociação de um fundo bilionário revelam uma relação de proximidade entre os procuradores e a companhia. Isso desagradou à cúpula do Ministério Público em Brasília. Com o objetivo de facilitar os contatos, em meados de 2018, a Petrobras se preparou para montar um escritório para alocar seus advogados no mesmo prédio onde a força-tarefa mantém uma sala, no centro de Curitiba.

A Petrobras sublocaria uma sala de uma subsidiária, a Liquigás, que há anos ocupa parte do prédio. A companhia desistiu da aproximação física depois de avaliar que não era conveniente ter seus advogados entrando e saindo do mesmo prédio dos procuradores. A PGR (Procuradoria-Geral da República) havia se oposto à iniciativa, que fora comunicada aos membros da Lava Jato pela Petrobras. Segundo relatos, a procuradora-geral, Raquel Dodge, entendeu que a movimentação poderia comprometer a credibilidade do Ministério Público Federal.

Em março passado, Dodge questionou no Supremo Tribunal Federal a legalidade do fundo da Lava Jato, que acabou suspenso por decisão liminar (provisória) do ministro Alexandre de Moraes. A procuradora-geral tem defendido a aplicação dos recursos em rubricas do orçamento da União, como educação.

Questionado sobre o episódio da mudança do escritório, o Ministério Público Federal em Curitiba afirmou que figura, junto com a Petrobras, no mesmo polo de várias ações de improbidade na Lava Jato, e, por essa razão, sempre houve contato próximo com os advogados da companhia que cuidavam desses casos. "Entretanto, em relação aos questionamentos feitos [pela reportagem], como não são assuntos que tratam especificamente da estrutura ou do funcionamento da força-tarefa do MPF, não haverá manifestação."

No final de 2017 e início de 2018, a PGR foi formalmente avisada dos problemas enfrentados pela Petrobras nos EUA, por meio de dois documentos secretos remetidos pelo Itamaraty. O que se esperava era que a PGR fosse aos EUA defender a companhia perante os procuradores de lá. Na ocasião, Dodge instaurou um procedimento sigiloso para apurar, de forma independente da Petrobras, qual havia sido o papel dela, como empresa, no esquema de corrupção desbaratado pela Lava Jato.

No Carnaval de 2018, a PGR enviou representantes para sustentar para os americanos que os crimes tinham sido praticados por antigos executivos, sem envolvimento da pessoa jurídica da Petrobras. A empresa temia ser condenada

se fosse a julgamento nos EUA. Por isso, preferiu fechar um acordo com a SEC, órgão regulador do mercado americano de capitais, e o DoJ, Departamento de Justiça daquele país.

Esse acordo de reparação previu que 80% das multas acertadas lá viriam para o Brasil. Em 30 de janeiro deste ano, a companhia depositou R\$ 2,5 bilhões em uma conta na Caixa Econômica Federal, após firmar um segundo acordo no Brasil com a força-tarefa da Lava Jato. Caberia aos procuradores criar uma fundação privada para administrar um fundo com metade do dinheiro. A outra metade seria usada para ressarcir sócios minoritários da Petrobras no país.

Com as tratativas com os EUA e com a força-tarefa em andamento, a PGR passou a receber, ao longo de 2018, uma série de visitas confidenciais da equipe jurídica e de compliance da Petrobras, integrada à época pela ministra aposentada do STF Ellen Gracie. O último desses encontros foi em 19 de dezembro. Segundo relatos, a equipe da estatal tangenciava pontos dos acordos no exterior e em Curitiba sem detalhar formalmente como seria efetuado o pagamento bilionário no Brasil, aos cuidados dos procuradores da força-tarefa.

A reportagem procurou a ministra aposentada para comentar as reuniões, mas foi informada de que, devido à agenda cheia, ela não poderia atender. A Petrobras e a PGR não comentaram o assunto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/07/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Governo da Bahia confirma rompimento de barragem

Acúmulo de água em dois açudes teria contribuído para o acidente

O governo da Bahia confirmou ontem que a Barragem de Quati, no município de Pedro Alexandre, realmente se rompeu na manhã de quinta-feira. O estado havia informado inicialmente que a água do reservatório havia transbordado, sem que tivesse existido um rompimento. Aversão passa a ser a mesma que a Defesa Civil e as autoridades municipais defendiam desde o momento em que o acidente ocorreu.

Por causa do grande volume de água, cerca de 500 pessoas, segundo o G1, estão desalojadas. Não há registro de feridos. A Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia informou que o rompimento aconteceu após a ruptura de outros dois açudes menores — Serra Verde e Ronco Gibão, que são particulares e estão localizados em propriedades rurais. Com o transbordamento desses

reservatórios, o volume de água foi muito grande e acumulou na barragem do Quati. A estrutura não suportou a quantidade de água e acabou rompendo.

A maioria dos desalojados é do município de Coronel João Sá, no entorno da barragem, onde houve ordem da prefeitura para que os moradores deixassem suas casas. Em Pedro Alexandre, foi decretada situação de emergência e estado de calamidade pública.

Ainda de acordo com a Defesa Civil, as fortes chuvas que caíram na última quarta-feira na região, principalmente na área do Rio do Peixe, também podem ter contribuído para o acidente.

Apesar de uma suspeita inicial de que a estrutura estivesse registrada no nível máximo de risco no cadastro nacional de barragens mantido pela Agência Nacional de Águas (ANA), o órgão informou ontem que não há dados sobre a segurança da Barragem de Quati em sua base de dados. A fiscalização é de responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), que é estadual.

MAIS RISCOS

Em Pedro Alexandre, há uma outra barragem de água, chamada Riacho Lagoa Grande. Nessa há risco de rompimento registrado pela ANA. A chuva continuou a cair ontem em Pedro Alexandre e Coronel João Sá, mas em menor intensidade. A preocupação da Defesa Civil agora é com as barragens de Riacho Lagoa Grande e Denis, que também fica em Pedro Alexandre, que podem romper por causa do excesso de água.

Pedro Alexandre fica a 446 quilômetros de Salvador. Já a distância de Coronel João Sá da capital baiana é de 408 quilômetros. Ambas têm cerca de 18 mil habitantes. (Com G1)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Marina Torres

Título: Barragem de Quati deixa 500 desabrigados

Pelo menos, 500 pessoas estão desabrigadas devido ao rompimento da Barragem de Quati, no nordeste da Bahia, próximo ao estado de Sergipe. Na cidade de Coronel João Sá, o prefeito Carlinos Sobral, decretou estado de emergência. A enxurrada inundou o município, danificou pontes, estradas e algumas casas. “Grande parte da pavimentação das ruas atingidas se perdeu e

será necessário recuperá-las”, disse o prefeito.

Segundo ele, equipes do Exército e do Corpo de Bombeiros estão na região fazendo o trabalho de varredura e verificação das áreas atingidas. Além de Coronel João Sá, a BR-235 na altura do povoado de Pedro Alexandre (BA) e de Poço Redondo (SE) foi atingida pelas águas e está coberta de lama. Em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro declarou que “o governo está à disposição dos prefeitos para qualquer providência que por ventura seja necessária”, informou a Agência Brasil.

De acordo com o secretário de Comunicação de Coronel João, Valdomiro da Conceição Jr. “o problema é o transtorno que causa. A chuva não para. Fica difícil o trabalho dos Bombeiros e da Defesa Civil”. Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Regional informou que equipes do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) monitoram a situação em contato permanente com as defesas civis estadual e municipal, “para averiguar a necessidade de auxílio complementar por parte do governo federal”.

A barragem foi construída pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional e entregue em novembro de 2000 à Associação de Moradores da Comunidade de Quati, segundo informações do governo da Bahia. A estrutura forma açude multiúso, para abastecimento e irrigação na época da seca. Segundo Valdomiro Jr. a estrutura tinha cerca de 200 metros de largura e 20 metros de profundidade.

Fiscalização

A barragem é a segunda a se romper este ano, causando danos ambientais e à população. Rodrigo Jorge Moraes, doutor em direito ambiental e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Escola de Direito do Brasil (EDB), destaca que existe um descaso com relação às barragens. Na opinião dele, os danos causados aos moradores devem ser corrigido na Justiça. “Esse desastre mostra mais uma vez que essa situação é desconhecida no Brasil. Parece que todos os desastres ensinaram muito pouco. Tem centenas de barragens que podem estar perto do colapso. Falta um mapeamento para dar uma resposta rápida. O fato de ser uma barragem do estado não impede que as famílias atingidas ingressem com ações por danos morais e materiais”, disse.

No início do ano, após o rompimento da barragem em Brumadinho que deixou pelo menos 248 mortos, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o governo Federal determinou que um total de 3.386 barragens fossem vistoriados por seus respectivos órgãos fiscalizadores até o fim do ano. Desse universo, 824 estruturas estão sob a responsabilidade de órgãos federais fiscalizadores, sendo 91 delas com a Agência Nacional de Águas (ANA), 528 ligadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e 205, com a

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANM). Os demais empreendimentos são de supervisão dos estados.

Por falta de informações, a barragem não está na última edição do Relatório de Segurança de Barragens da Ana. Segundo o documento, “não há nenhum ato de autorização, outorga ou licenciamento em 42% das barragens e, em 76% dos casos, não está definido se a barragem é ou não submetida à PNSB (Política Nacional de Segurança de Barragens) por falta de informação”.

** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

3.386

número de barragens que devem ser vistoriadas até o fim do ano por determinação do governo federal

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/07/2019

Seção: Economia

Autor: Thaís Moura

Título: Gasolina a menos de R\$ 4

Brasilienses que foram aos postos de gasolina ontem conseguiram encontrar o litro da gasolina a menos de R\$ 4. Após o anúncio de redução do valor do combustível nas refinarias para R\$ 0,0778, na última semana, as revendedoras resolveram fazer promoção. No entanto, é bom se apressar, pois o litro mais em conta deve se manter somente até terça-feira, quando o Confaz deve elevar a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Levantamento feito pelo Correio em 27 postos mostra onde encontrar a gasolina mais barata no DF neste fim de semana.

O posto Ipiranga, na Avenida das Araucárias (Águas Claras), e o Petrolino, no centro de Taguatinga, vendem o litro da gasolina pelos menores valores encontrados pela reportagem, a R\$ 3,96 e R\$ 3,97, respectivamente. Na EPTG e em outros postos de Taguatinga, os valores permanecem na mesma faixa. Já no Plano Piloto, estabelecimentos na Asa Norte, como os da 206 (JarJour), da 208 (Petrobras), da 210 (Ipiranga), da 212 (Shell), da 112 (Ipiranga), da 115 (Ipiranga) e da 107 (Petrobras) são os mais em conta, com o litro a R\$ 3,98.

Na Asa Sul, os únicos que vendem o combustível abaixo de R\$ 4 são os da 115 (Shell), 214 (Petrobras), 210 (JarJour), 207 (Petrobras), 204 (Melhor) e 202 (Petrobras). No Setor de Indústrias Gráficas (SIG), os valores sobem para R\$ 4,089.

Mesmo com a gasolina em patamares inferiores aos da última quinzena, muitos consumidores estão insatisfeitos. Ao descobrir que a gasolina aumentará na semana que vem, o administrador de empresas Wesley Vilela, 49 anos, se revoltou. Mesmo não dependendo do carro todos os dias, ele reclama que todos seus destinos exigem que ele vá de Taguatinga para o Plano, e por isso, gasta cerca de R\$ 1.000 por mês em combustíveis.

“Acho um absurdo tantas variações no preço, eu já cheguei a pagar quase R\$ 5 no litro da gasolina. A população é totalmente dependente do combustível. Deveriam mudar logo as tecnologias e instalar os carros elétricos, que já existem, por sinal. Mas enquanto isso não acontecer, acho que os brasileiros vão ficar reféns dessa máfia dos postos de gasolina”, afirmou.

Swami Ribeiro, motorista de Uber, 60, acredita que R\$ 3,97 ainda é um preço alto para o combustível. Ele torce para que o aumento do dia 16 não eleve tanto o valor nas bombas. “Como eu tenho o cartão da Petrobras para abastecer, costumo ir no meu posto lá em Ceilândia, mas hoje tive que vir em Taguatinga para gastar menos. Para mim, ainda existe muito abuso na hora de cobrar do consumidor”, reclamou.

Explicação

Segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista e Combustíveis do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, a variação a partir de terça-feira se deve à entrada em vigor do novo preço de referência da gasolina para a cobrança de impostos pelo Governo do Distrito Federal, que passará de R\$ 4,24 para R\$ 4,31. “Alguns postos reduziram os preços porque conseguiram descontos nas distribuidoras. Está tendo uma guerra de preços, por isso que as distribuidoras dão esse desconto. É provável que os valores continuem mais baixos até segunda-feira”, esclareceu.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, afirma que, no Brasil, os impostos representam quase metade do preço ao consumidor. “Quando o combustível chega à bomba, as quedas nas refinarias nunca são tão significativas, porque os impostos são muito altos”, disse. “Se queremos que o consumidor pague mais barato, deveríamos buscar fazer mudanças no setor do combustível por meio da reforma tributária”.

O especialista ressalta que os preços estabelecidos pelos postos são livres,

então é normal que ocorra uma guerra entre eles. “Porém, se você tem uma diferença de preço de combustível muito grande de um posto para outro, deve prestar atenção, pois pode ser resultado de sonegação, adulteração ou roubo de combustível”, alertou.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

- **Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 5/7/19 12/7/19

Petrobras – Posto da Lava Jato 4,189 3,999

Petrobras – Eixo W 106 Sul 4,179 4,039

Petrobras – Eixo W 109 Sul 4,179 4,079

Shell – Eixo W 115 Sul 4,129 3,999

Petrobras – Eixo L 214 Sul 4,160 3,990

Petrobras – Eixo L 212 Sul 4,179 4,089

JarJour – Eixo L 210 Sul 4,169 3,999

Petrobras – Eixo L 207 Sul 4,169 3,999

PB – Eixo L 206 Sul 4,169 4,099

Melhor – Eixo L 204 Sul 4,169 3,989

Petrobras – Eixo L 202 Sul 4,169 3,999

Ipiranga – Eixo L 204 Norte 4,141 4,099

JarJour – Eixo L 206 Norte 4,189 3,989

Petrobras – Eixo L 208 Norte 4,189 3,989

Ipiranga – Eixo L 210 Norte 4,189 3,989

Postos 5/7/19 12/7/19

Shell – Eixo L 212 Norte 4,189 3,989

Petrobras – Eixo L 214 Norte 4,259 4,189

Ipiranga – Eixo W 115 Norte 4,189 3,989

Petrobras – Eixo W 113 Norte 4,189 3,999

Ipiranga – Eixo W 112 Norte 4,189 3,989

Petrobras – Eixo W 107 Norte 4,189 3,989

Petrobras – Eixo W 103 Norte 4,189 4,390

Petrobras – SIG Quadra 3 4,289 4,089

Shell – SIG Quadra 3 4,289 4,089

Garantia – EPTG 4,099 3,999

Vtex – EPTG 4,097 3,999

Ipiranga – EPTG 4,099 3,999

Nenen's – Taguatinga 4,099 3,990

Shell – Taguatinga 4,099 3,990

Petrolino – Taguatinga 4,069 3,979

MME / ASCOM .